

SOCIEDADE E CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE 2

DENISE PEREIRA
ELIZABETH JOHANSEN
(ORGANIZADORAS)



Atena
Editora
Ano 2021

SOCIEDADE E CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE 2

DENISE PEREIRA
ELIZABETH JOHANSEN
(ORGANIZADORAS)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Elizabeth Johansen

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociedade e condição humana na modernidade 2 /
Organizadoras Denise Pereira, Elizabeth Johansen. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-795-6
DOI 10.22533/at.ed.956210902

1. Sociedade. I. Denise Pereira (Organizadora). II.
Elizabeth Johansen (Organizadora). III. Título.

CDD 302.5

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Stuart Hall (2006), quando analisou o conceito de identidade cultural, afirmou que o indivíduo, anteriormente reconhecido filosófica e sociologicamente como sujeito unificado, agora pode ser compreendido como descentrado ou fragmentado devido as mudanças estruturais que transformaram as sociedades modernas no final do século XX. Tais transformações de forma alguma devem ser analisadas como elementos de fragilização do indivíduo, tampouco da sociedade, pois possibilitaram o descortinar de um mundo múltiplo, permitindo o (re)conhecimento de processos socioculturais diversificados.

Concomitante as mudanças estruturais que transformaram as sociedades modernas no final do século XX, as produções científicas a partir desse período passaram a apresentar sinais decorrentes da intensificação e difusão da chamada “virada cultural”, promovendo questionamentos teóricos e estudos que não mais recusavam as expressões humanas, suas paixões e intencionalidades como objetos a serem pesquisados, mas demonstraram o quanto tais objetos eram capazes de precisar a multiplicidade dessas sociedades em transformação.

O presente e-book da coleção Sociedade e Condição Humana na Modernidade II exemplifica as reflexões apresentadas acima, pois ao reunir trabalhos acadêmicos em que as narrativas individuais e o cinema são utilizados como fonte central de pesquisa, assim como investigações que voltaram o olhar para mulheres, indígenas, portadores de necessidades especiais e membros de irmandade negra, referenda tanto o entendimento de que o mundo é múltiplo social e culturalmente, quanto confirma que o campo científico acompanhou as transformações que a sociedade como um todo vivenciou. Prova disso é a temática da sustentabilidade, que norteia não apenas um dos artigos, mas é questão contemporânea de debates políticos, econômicos, culturais, científicos e sociais nas esferas local, nacional e internacional.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“CINEMA INDÍGENA”, ¿UM INSTRUMENTO PARA A DECOLONIZAÇÃO? María José Torres Idrovo DOI 10.22533/at.ed.9562109021	
CAPÍTULO 2	14
NARRATIVAS COMO DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO PARA PEDAGOGOS: REFLEXÕES SOBRE O APRENDER E O ENSINAR MATEMÁTICA Claudene Ferreira Mendes Rios DOI 10.22533/at.ed.9562109022	
CAPÍTULO 3	30
SURDEZ: NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA DA CARREIRA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE UM PROFESSOR DE LIBRAS DO ENSINO SUPERIOR Roberto Antonio Alves Luci Pastor Manzoli Caroline Hellen Rampazzo Alves DOI 10.22533/at.ed.9562109023	
CAPÍTULO 4	39
PERSONAGENS FEMININAS DE HARPER LEE EM <i>O SOL É PARA TODOS</i> Valéria Biondo Heloise Roma Leite DOI 10.22533/at.ed.9562109024	
CAPÍTULO 5	55
A IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA CIDADE DE SÃO PAULO: REPRESENTAÇÕES DA CULTURA AFRICANA E TÁTICA DE RESISTÊNCIA (1778-1872) Fernanda Moreno Rosa Araujo DOI 10.22533/at.ed.9562109025	
CAPÍTULO 6	71
SUSTENTABILIDADE E A POSSIBILIDADE DE CIDADES SUSTENTÁVEIS Marcio Valério Effgen Flavia Nico Vasconcelos DOI 10.22533/at.ed.9562109026	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	86
ÍNDICE REMISSIVO	87

SUSTENTABILIDADE E A POSSIBILIDADE DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 04/11/2020

Marcio Valério Effgen

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP
Doutorando no Programa de Estudos Pós-
Graduados em Ciências Sociais
São Paulo – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/4792514251802839>

Flavia Nico Vasconcelos

Universidade Vila Velha UVV-ES
Observatório Cidade e Porto/Mestrado em
Sociologia Política/Mestrado em Arquitetura e
Cidades
<https://orcid.org/0000-0002-5670-378X>
<http://lattes.cnpq.br/0773275193614870>

RESUMO: Cidades são centros de grande ocupação populacional e crescentes problemas ambientais, os quais requerem saídas sustentáveis. A nomenclatura “cidades sustentáveis” é relativamente recente e associa-se a melhoria das condições de vida atual e futura. Nas elaborações acadêmicas sobre o tema percebe-se que não há uniformidade de sentidos e caminhos para as possibilidades de as cidades serem consideradas de fato como sustentáveis. A proposta do trabalho é discutir a forma como o conceito “sustentabilidade” vem sendo tratado pelos estudos acadêmicos sociológicos e políticos e levantar questionamentos sobre as possibilidades para que as cidades se tornem

sustentáveis. A pesquisa tem abordagem dialética e analítica e se utiliza de levantamento bibliográfico secundário. Concluiu-se que assim como a sustentabilidade é um conceito em evolução, há um cenário otimista de possibilidades para o avanço rumo às cidades sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Cidades. Políticas públicas.

SUSTAINABILITY AND THE POSSIBILITY OF SUSTAINABLE CITIES

ABSTRACT: Cities are centers of high density and growing environmental problems. They require sustainable solutions. The term “sustainable cities” is relatively recent and is associated with the improvement of current and future living conditions. In the academic research on the theme, it is noticed that there is no consensual meaning or paths for the possibilities of cities to be considered in fact sustainable ones. The goal of this paper is to discuss “sustainability” as a concept has been interpreted by sociological and political academic studies and to raise questions about the possibilities for sustainable cities. The research has a dialectical and analytical approach and uses a secondary bibliographic survey. It was concluded that just as sustainability is an evolving concept, there is a scenario of positive possibilities for advancing towards sustainable cities.

KEYWORDS: Sustainability. Cities. Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

Cidades são centros de concentração populacional, enxergadas como lugares com melhores oportunidades de emprego, salários, vida cultural e acesso a bens de consumo. O processo de urbanização é uma tendência contemporânea marcada pela expansão do número e tamanho das cidades. Como consequência negativa, resta claro que surgem em maior quantidade e de forma diversificada agressões ao meio ambiente. Em outras palavras, as cidades possuem problemas para manterem seu desenvolvimento em patamares compreendidos como sustentáveis.

Na atualidade, a perspectiva urbana de manter o desenvolvimento em consonância com parâmetros sustentáveis é resultado da progressiva inclusão das questões ambientais no debate das políticas internacionais. Crescendo de forma desorganizada, muitas cidades têm pautado sua gestão no sentido de estabelecer novas condições para adoção de um também novo conjunto de políticas públicas que as tornem cidades sustentáveis.

O destaque para a agenda ambiental se deu na década de 1970, quando os debates passaram a evidenciar uma crise ambiental. A crise ambiental é entendida como resultado das alterações promovidas nos ecossistemas naturais em decorrência dos padrões de desenvolvimento, promovendo situação de risco e ameaças para a vida no planeta. A apropriação e exploração da natureza e de seus recursos naturais possibilitou grande desenvolvimento; contudo, a crise ambiental e os riscos associados foram reflexo de mudanças climáticas, degradação dos solos, desmatamento das florestas, ocupação desenfreada de grandes contingentes populacionais, poluição e escassez dos recursos hídricos. Essas situações são evidências de que o paradigma de crescimento econômico precisa ser revisto, ou seja, o desenvolvimento urbano deve ser repensado a partir de uma linha de desenvolvimento urbano e econômica mais sustentável.

Como pano de fundo deste contexto, a noção de sustentabilidade ambiental passou gradativamente a ocupar diferentes pautas e a permear discursos de cunho ambiental. É, no entanto, um conceito em debate frente os vários sentidos que tem ganhado. Academia e políticas públicas possuem critérios distintos para cunhar o que é sustentabilidade e como atender às necessidades da geração atual sem comprometer as gerações futuras – ou como promover o desenvolvimento sustentável. A discussão passa pela adoção de critérios de uma sustentabilidade forte ou fraca e, ainda, em que medida o conceito de sustentabilidade privilegia em maior ou menor intensidade as tecnologias e recursos disponíveis e o papel das pessoas ou do ser humano.

O trabalho se organiza em duas seções: na primeira apresentamos as discussões sobre sustentabilidade na agenda internacional contemporânea; então, discutimos as possibilidades de políticas sustentáveis nas cidades – as cidades sustentáveis. Este estudo tem abordagem dialética e analítica e se utiliza de levantamento bibliográfico secundário sobre sustentabilidade e cidades nas áreas da ecologia política e sociologia urbana.

21 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são conceitos em debate na agenda ambiental internacional contemporânea. “Não há consenso sobre a conceituação de sustentabilidade, ora ela é considerada como um conceito em evolução, ora como um conceito em construção” (ARAÚJO, 2006, p.146). Essa perspectiva se justifica no fato de que, estando cada vez mais presente em debates ambientais e políticas públicas urbanas, o conceito de sustentabilidade possa ser assimilado no sentido de definir, delimitar e validar muitas dessas práticas.

Para Veiga (2015, p. 83), “[a] noção de sustentabilidade não se alterou nem provocou sérias controvérsias no âmbito em que surgiu e se tornou um conceito: o das disciplinas tecnológicas mais consagradas ao aproveitamento de recursos naturais, especialmente engenharias florestal e de pesca”. Contudo, destaca que fenômeno diverso se dá no âmbito das ciências sociais, uma vez que nessa área do conhecimento o conceito de sustentabilidade foi se popularizando nos debates públicos e no domínio das humanidades, a partir do que surgiram as diferentes noções.

Embora seja no século XX que o conceito de sustentabilidade tenha se tornado evidente e tenha ganhado destaque na agenda internacional, o termo é bastante antigo. Seu registro remonta há mais de 400 anos, quando em 1560 foi cunhada a expressão *nachhaltigkeit* (ou sustentabilidade, em alemão), surgida de preocupação alemã “pelo uso racional das florestas, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanentemente” (BOFF, 2013, p. 32).

Em 1713 foi transformado “num conceito estratégico”, associado à produção mineradora e à necessidade de preservação ambiental. A criação em larga escala de fornos de mineração e o uso da madeira como insumo indispensável para seu funcionamento levou a Alemanha a criar normais locais frente a potencialidade do desaparecimento desse insumo. Ainda que sob iniciativa econômica, tais dispositivos propunham o uso sustentável da madeira em vista de sua essencialidade e risco de esgotamento.

Seu lema era: “devemos tratar a madeira com cuidado” (*man muss mit dem Holz pfleglich umgehen*), caso contrário, acabar-se-á o negócio e cessará o lucro. Mais diretamente: “corte somente aquele tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permite a continuidade de seu crescimento” (BOFF, 2013, p. 33).

Boff (2013) observa que tal comportamento ainda se perpetua atualmente, pois o discurso ecológico atual continua a usar dos mesmos termos. Por outro lado, ao pensarmos na formulação do conceito “sustentabilidade”, observa-se que as preocupações não estavam inseridas num contexto abrangente ou de escala global, mas sim restrito à uma preocupação local de matiz econômica constatada pelos riscos de escassez e comprometimento de determinado bem natural.

A noção contemporânea de sustentabilidade começa a ser formada nas décadas de 1960 e 1970 e passa a ocupar crescente espaço no debate contemporâneo. Sua evolução está associada ao desenvolvimento econômico – sobretudo ao modelo ocidental - e às transformações sociais, políticas e econômicas geradas e decorrentes dos dois conflitos mundiais e do pós-guerra. A preocupação em âmbito global acompanha a inserção de países subdesenvolvidos ou periféricos no processo de industrialização, países cujo desenvolvimentos social e econômico precários alardearam um conjunto de impactos ambientais sob os quais não se tinha qualquer controle. A apropriação irresponsável e inconsciente dos espaços e dos recursos naturais gerou consequências ambientais que influenciaram a dinâmica do planeta como um todo – deixando claro a integração local/global.

Se até então a preocupação com a sustentabilidade era de caráter local e/ou apenas regionalizado, ou seja, limitada às fronteiras de determinado Estado, nas décadas finais do século XX a preocupação se amplia globalmente. A discussão sobre a sustentabilidade ambiental passa a estar associada à preocupação com a exploração desenfreada das florestas, à mudança climática, à qualidade de ar, à escassez hídrica etc.

Ao ganhar amplitude global, a responsabilidade ambiental passa a ser compartilhada por diferentes países. O tópico requer esforços coletivos e o ato de governar ultrapassa fronteiras e interesses de uma única nação: criam-se princípios internacionais, convenções também internacionais que servem como fórum para debates e de onde surgem condutas a serem seguidas e, aos poucos, um novo corpo de legislações que conformam um direito ambiental internacional.

Sobre a questão da governança internacional, destacamos a obra de Foucault que compara os escritos de Guillaume de La Perrière e de Maquiavel para ponderar que se para o primeiro o exercício do poder se resume à conjugação dos limites territoriais e aqueles que ali habitam, para o segundo, definir governo não se restringe ao espaço físico.

No texto de La Perrière, ao contrário, a definição do governo não se refere de modo algum ao território. Governam-se coisas. Mas o que significa essa expressão? Não creio que se trate de opor coisas a homens, mas de mostrar que aquilo a que o governo se refere não é um território, e sim um conjunto de homens e coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com as coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidade, clima, seca, fertilidade etc; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que seja os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc (FOUCAULT, 2015, p. 415).

Além da ampliação da escala, a discussão passa a ir além das questões relacionadas ao meio ambiente natural e passa a incluir questões sociais relacionadas aos grupos e movimentos sociais. Ou seja, o conceito de sustentabilidade “muitas vezes é empregado

para expressar a sustentabilidade ambiental, mas este conceito tem outras dimensões, das quais a social é a mais importante, por ser a própria finalidade do desenvolvimento (SACHS, 2002, p. 71 apud ARAÚJO, 2006).

Boa parte da evolução do conceito está associado à realização de conferências internacionais para debater a questão ambiental. Nesse quadro, a dinâmica do desenvolvimento econômico bem como os fundamentos do Clube de Roma¹ retratados acerca dos “limites do crescimento” acabaram por incluir a Organização das Nações Unidas (ONU) na mobilização ambiental. A Convenção Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo/1972, pavimentou o caminho para criação de princípios ambientais, tratados e novas convenções.

Dentre o legado da Declaração de Estocolmo, podemos destacar a ligação da questão ambiental às normas de direitos humanos:

O ser humano tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e a condições de vida, em um meio ambiente em um patamar de qualidade que o permita viver em condições dignas e de bem-estar, e carrega a responsabilidade solene de proteger e melhorar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações (Organização das Nações Unidas - ONU, 1972).

Outros tópicos relevantes foram a necessidade de um sistema de responsabilidades coordenadas para as questões ambientais internacionais, a prática da realização de convenções internacionais, o banimento do consumo e comércio internacional de determinados produtos e, principalmente, a consciência sobre a gravidade da questão ambiental (AMORIM, 2015, p. 118).

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, junto à ONU, com objetivo de reexaminar questões críticas da agenda ambiental e buscar soluções realísticas para elas a partir da cooperação internacional. Os trabalhos dessa Comissão culminaram no Relatório *Brundtland*, de 1987, publicado como documento “Nosso Futuro Comum”. A questão central foi a de integrar desenvolvimento econômico com desafios ambientais, a partir do que se chegou à expressão “desenvolvimento sustentável”.

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

1 O Clube de Roma foi uma organização fundada pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurelio Peccei, em cerimônia na propriedade da família Rockefeller em Bellagio, Itália. Aurélio Peccei era um consultor administrativo italiano (foi executivo da FIAT e da Olivetti¹³) que esboçou suas ideias ambientalistas na obra *“The Chasm Ahead”*, publicado em 1969 (“O Abismo à Frente”, tradução nossa). Peccei reuniu em 1968 um grupo informal de trinta economistas, cientistas, educadores e industriais num encontro em Roma, mas já em 1970 este clube possuía 75 membros de 25 países, com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental. A proposta do Clube de Roma era repensar a conjuntura mundial a partir da ótica industrial dominante, já que os seus integrantes eram, em grande parte, importantes líderes empresariais (Oliveira, 2012, p. 77).

Logo, apesar de associados, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são conceitos diferentes. A noção de desenvolvimento sustentável é mais recente e deriva da noção e evolução do conceito de sustentabilidade. No que concerne ao discurso que trata do desenvolvimento sustentável, este “procura estabelecer um terreno comum para uma política de consenso capaz de integrar os diferentes interesses de países, povos e classes sociais que plasmam o campo conflitivo da apropriação da natureza” (LEFF, 2006, p.137).

Em termos práticos, cabe destacar a contribuição da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92, através da Agenda 21. A Agenda 21 é um instrumento de planejamento participativo que visa o desenvolvimento sustentável a partir de ações locais que se integram em um programa de ação global. A ECO 92 proporcionou uma abordagem inclusiva das questões ambientais uma vez que no direito internacional, essas questões deveriam estar presentes em todas as atividades, bem como maior atenção aos compromissos assumidos.

Sob o prisma de manter tal integração é que a ONU realizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002), em Johannesburgo, bem como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012), conhecida como Rio+20. Na primeira, verificado que o desenvolvimento permaneceu marcado por medidas predatórias, a Declaração de Johannesburgo reitera a imperiosidade da adoção de políticas públicas sustentáveis. Em ambas, foi objeto de ataque a devastação da natureza. Também em ambas foram discutidos planos de execução para as metas estipuladas.

Ultrapassados vinte anos da realização da ECO 92, o dilema verificado tanto em Johannesburgo (2002) quanto na Rio+20 (2012) foi o evidente quadro de manutenção de agressões potenciais ao meio ambiente e a dificuldade no alcance das metas estipuladas. Embora evidente o papel dos atores internacionais na retomada de medidas que garantam a preservação dos recursos naturais, os interesses do capital e a expansão do pensamento neoliberal criam antagonismos e impedem a expansão de valores sustentáveis.

O século XX viu, no curso de seus anos, uma degradação ambiental vertiginosa e sem precedentes, na sua maior parte devido ao aumento da atividade econômica humana, fortemente ancorada na apropriação e utilização insustentável de recursos naturais, para a produção de bens de consumo.

O modelo produtivo utilizado pela mentalidade da sociedade industrial, em suas mais variadas versões, parte da premissa da apropriação incondicional do meio ambiente pelo homem, numa visão antropocêntrica e utilitarista, no sentido do homem unidimensional descrito por Herbert Marcuse (AMORIM, 2015, p. 121).

Assim, percebemos que as normas internacionais ainda guardam relação direta com interesses econômicos, mais do que revelam um caráter ambientalista. A reverberação da temática ambiental em escala global, a realização de diversas convenções sobre o assunto

e o surgimento de um direito ambiental internacional² trazem consigo a observação de que a sustentabilidade vem acompanhada ou inserida em um contexto de crise.

Uma característica fundamental desse processo é a chamada crise ambiental evidenciada a partir da década de 1960, a qual suscita a necessidade de novos padrões de relacionamento com a natureza e seus recursos. A crise ambiental tem repercutido nos estilos de vida e de consumo, na ética e na cultura, na dinâmica política e social e na organização do espaço em escala mundial (MUNIZ, 2010).

Por um lado, a crise ambiental está associada à degradação do meio ambiente, à extinção de fauna e flora, ao aquecimento da camada atmosférica e às mudanças climáticas, ao acúmulo de lixos e rejeitos do setor industrial, à ocupação desenfreada e não planejada dos espaços, à escassez de água. Por outro, tal crise ambiental é reflexo do estágio atual do desenvolvimento do modelo de desenvolvimento capitalista de base consumista.

Destaca-se a incompatibilidade do modelo de desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais existentes, bem como a necessidade de repensarmos as desigualdades sociais causadas ou associadas a esses modelos. Ou seja, lança-se uma “visão crítica da ideologia do ‘crescimento sem limites’, fazendo soar o alarme ecológico e apresentando os limites físicos do planeta para prosseguir a marcha cumulativa da contaminação e do crescimento demográfico” (LEFF, 2006, p. 135). Estratégias de ecodesenvolvimento são propostas como resposta à crise ambiental. Nelas, postula-se novas formas de produção e estilos de vida que estejam de acordo com as potencialidades ecológicas de cada região, sua diversidade étnica e a capacidade das populações locais na gestão participativa dos recursos.

A dinâmica que envolve a inclusão e evolução da sustentabilidade em mais de quarenta anos na agenda internacional é uma preocupação em mobilizar número cada vez maior de países.

A complexidade dos problemas sociais associados às mudanças ambientais globais abre o caminho para um pensamento da complexidade e a métodos interdisciplinares de investigação capazes de articular diferentes conhecimentos para abranger as múltiplas relações, causalidades e interdependências que estabelecem processos de diversas ordens de materialidade: física, biológica, cultural, econômica, social (LEFF, 2006, p.279).

Cumprido destacar que em paralelo à realização das conferências ambientais, o debate acadêmico sobre sustentabilidade também avança. Destacam-se vertentes como o ecologismo radical, o ambientalismo e a ecologia política.

2 Embora possa ser considerado inexistente até o ano de 1972, esse ramo do Direito apresenta crescente relevância eis que “tornou-se parte central do direito internacional, no contexto pós-moderno, e tema recorrente das negociações e esforços de regulamentações de caráter tanto interno como internacional” (ACCIOLY, 2012, p. 681). Sua relevância e efetividade normativa, constatada através de compromissos firmados pelos sujeitos de direito internacional, tem crescido após 1972 em razão das ameaças ambientais verificadas e difundidas desde então.

A ecologia radical, embora concentre muitas correntes teóricas distintas, possui como marca o ecocentrismo, em descarte do tecnocentrismo e da capacidade humana de reverter os problemas decorrentes da escassez dos recursos naturais, sustentando como pilar que as atividades humanas estão submissas e encontram seus limites nas leis naturais (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

Seu histórico é permeado por valores e discussões de importante reflexão que vão, através do ambientalismo moderado, buscar maior efetividade. A crítica à ecologia radical reside no fato de ignorar uma pauta que envolva as questões do desenvolvimento econômico. Sua contribuição, por outro lado, é relevante ao demonstrar a maneira como o homem se insere em aspectos ecológicos bem como nos primeiros espaços de preservação criados, mas em razão de seu foco estar centrado na questão do exclusivamente do ecológico, não dialoga com os objetivos econômicos e demandas sociais, elementos que não podem ser desconsiderados quando se aborda a questão do homem e sua interação com os elementos da natureza.

Com as discussões e avanços oriundos da Convenção de Estocolmo, conjugar aspectos ecológicos aos aspectos econômicos levou ao surgimento do ambientalismo moderado.

O ambientalismo moderado surgiu nos anos 70. De forma diversa da ecologia ambiental, a perspectiva do ambientalismo moderado dialoga com os setores produtivos. Entende que o discurso da ecologia radical é importante na medida em que demonstra o potencial ofensivo que os meios de produção acarretam, sem que seja necessário romper de forma abrupta com o sistema econômico em vigor. Desse contexto histórico surge a expressão desenvolvimento sustentável. Um ponto criticado é a conciliação do crescimento econômico com preservação dos ecossistemas e recursos naturais, e a viabilização de atrelar melhorias das condições de vida frente a situação social internacional marcada por regiões de extrema pobreza.

No âmbito da ecologia política, a sustentabilidade está intimamente associada à análise de questões de ordem socioeconômicas e não há que se falar em preservação ou manutenção dos recursos naturais, quando as questões relacionadas aos grupos e as condições de vida desses demonstrarem desigualdades sociais. Em outras palavras, só por meio de uma abordagem política das questões socioambientais pode-se buscar um novo equilíbrio de forças entre atores sociais, gerando maior justiça na distribuição de ônus e benefícios decorrentes de alterações ambientais.

Coerente com a interpretação da sociedade sob uma perspectiva dialética e de conflito de classes, essa visão da ecologia política tem levado a situações de impasse entre o Estado, principal ator social envolvido em conflitos socioambientais, e grupos sociais menos favorecidos. O Estado representa, teoricamente, os interesses públicos, mas na correlação de forças, pode haver situações de conflitos entre os interesses coletivos de grupos sociais dominados e os interesses coletivos de grupos sociais dominantes e, ainda,

interesses difusos do contexto mais geral da sociedade.

Embora as suas propostas também ainda não tenham sido capazes de fomentar este modelo alternativo de sociedade, a ecologia política aponta para um questionamento mais profundo do sentido das ações e interações humanas sobre o ambiente, da organização social e dos padrões de produção e consumo da sociedade moderna (LIPIETZ, 2002). Principalmente, a ecologia política revela que a crise ecológica está intimamente relacionada com a crise social e que a sustentabilidade é incompatível com uma sociedade não-igualitária e baseada no privilégio e na dominação de classes (GOLDSMITH, 1992 apud JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009, p. 77).

Nesse sentido, a ciência econômica tem criado conceitos específicos acerca da sustentabilidade, em destaque os conceitos de sustentabilidade fraca e sustentabilidade forte. Dentro da ideia de sustentabilidade fraca, o processo de desenvolvimento econômico não sofre nenhuma restrição do meio e dos recursos naturais e tampouco dele depende. Os recursos naturais podem ser substituídos pela combinação de três ingredientes fundamentais: trabalho humano, capital produzido e recursos naturais (VEIGA, 2015).

Uma concepção que acabou sendo batizada de “fraca”, porque assume que, no limite, o estoque de recursos naturais possa até ser exaurido, desde que esse declínio seja progressivamente contrabalanceado por acréscimos proporcionais, ou mais do que proporcionais, dos outros dois fatores-chave – capital produzido e trabalho –, muitas vezes agregados na expressão “capital reprodutível” (VEIGA, 2015, p. 86).

Reconhece-se, contudo, que os recursos naturais são escassos, mas a insuficiência desses recursos é apenas um empecilho momentâneo. Os avanços tecnológicos podem substituí-los prontamente e, portanto, não incorrem em qualquer restrição econômica. Tal fundamento, utilizado por muitos economistas é fundamentada na Teoria de Robert M. Solow. Em suma, se partirmos da perspectiva econômica de “sustentabilidade fraca”, desenvolvimento sustentável não está associado à conservação, mas sim em garantirmos para as gerações futuras a capacidade de produzir.

De forma diversa, a “sustentabilidade forte” preconiza que inexistente a possibilidade de substituição do capital natural por outra forma de capital que venha ser manufaturado. Ou seja, não é possível substituímos os recursos naturais. Para a sustentabilidade forte, a atividade econômica sempre gera consequências negativas sobre a natureza, em destaque a disponibilidade energética. Desta feita, não pode o desenvolvimento sustentável se pautar apenas pelo critério do crescimento econômico sem qualquer atenção à manutenção do capital natural, já que é indispensável para atender as demandas atuais e das gerações futuras.

A noção de sustentabilidade, vale reforçar, após séculos de evolução, ainda é influenciada pelo aspecto econômico, mas deixa de ser uma preocupação local e se torna uma responsabilidade global, que requer a cooperação internacional e está associada à

uma mudança comportamental que inclui o uso consciente dos recursos naturais, ações que resguardem as boas condições de vida e promovam a superação das desigualdades sociais.

3 I SUSTENTABILIDADE URBANA E AS CIDADES SUSTENTÁVEIS

Cidades sustentáveis é um termo recente. É fruto da preocupação das gestões públicas locais de inserirem políticas e práticas sustentáveis em seu planejamento urbano e aparece como um modelo de cidades ou como um conjunto de soluções ou políticas para problemas locais. É reflexo da constatação dos prejuízos causados ao meio ambiente e dos problemas associados à escassez dos recursos naturais. O último século presenciou “degradação ambiental vertiginosa e sem precedentes, na sua maior parte devido ao aumento da atividade econômica humana, fortemente ancorada na apropriação e utilização insustentável de recursos naturais, para a produção de bens de consumo” (AMORIM, 2015, p.120).

Como já discutido, o significado de sustentabilidade tem variado no tempo conforme mudanças sociais, econômicas e políticas que circunscrevem as relações entre a sociedade e a natureza (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009). A complexidade do termo é reflexo das complexidades das relações sociais envolvidas e da necessidade de conjugarmos diferentes saberes. Na prática urbana, estas complexidades também devem ser levadas em consideração na elaboração e implementação de políticas públicas.

“Uma Cidade Sustentável é aquela que atende de forma ampla e profunda aos cidadãos, preza pela governança, por novos e sustentáveis negócios, pelo planejamento da cidade, em construções e mobilidade inteligente, tecnologia, energia renovável etc.” (FERMINO, 2016, p.4). Esta definição traz elementos do conceito de cidades inteligentes (ou *smart cities*) cunhado pela Comunidade Europeia, como economia, pessoas, governo, mobilidade, meio ambiente, lugar inteligentes, bem como a inclusão social.

Ainda que não exista uma definição consensual do que vem a ser uma cidade sustentável, é comum às cidades que se auto proclamam sustentáveis terem como eixo básico a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, a adoção de medidas que mitiguem os danos ambientais e promovam a preservação dos recursos naturais e a tomada de atitudes associadas ao desenvolvimento sustentável.

A associação da noção de sustentabilidade com o debate sobre o desenvolvimento das cidades tem origem nas rearticulações políticas pelas quais certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procura dar legitimidade a suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade das mesmas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, em acordo com os princípios da Agenda 21, resultante da Unced (ACSELRAD, 2009, p. 53).

Ainda, é parte de uma agenda local de atração de investimentos e de turismo a

partir do uso do *slogan* “sustentável”, praticamente uma jogada de *marketing* e ferramenta mercadológica importante.

Ao analisar diversas políticas públicas que mobilizam os centros urbanos em escala global e internacional, Sanchez (2001) aponta que entre elas existe um ponto em comum: em cada processo de reinvenção urbana está presente a noção mercadológica que se pretende auferir da cidade na condição de cidade modelo, ainda que as finalidades sejam distintas. Assim, há uma tendência de homogeneização das cidades no sentido de adoção de conjuntos de políticas ou boas práticas muito parecidas.

O esforço político de alguns prefeitos e governos de cidade em vender sucesso e promover a reinvenção dos lugares encontra-se diretamente associado aos arranjos particulares de interesses originados naqueles mercados, que guardam relações com o mercado de cidades. Esse esforço dos governos também está orientado pela necessidade de dar visibilidade internacional a seus projetos e ações urbanas, visando a um trânsito notável junto às agências multilaterais – que, por sua vez, garantirão futuros financiamentos para novos projetos. A construção de imagens-modelo e a conquista de expressão no mercado de cidades torna-se fundamental nesse contexto (SANCHEZ, 2001, p. 44).

Ao mesmo tempo que a elaboração de políticas públicas em busca da sustentabilidade apontam para a consciência das cidades (ou da gestão pública local urbana) em relação às mudanças que se fazem necessárias; por outro, cabe destacar que há atores políticos que se beneficiam da agenda sustentável e, dessa forma, atuam no sentido de direcionarem tais agendas.

Este parece ser o ponto-chave da sustentabilidade: qual o projeto de futuro dos agentes relevantes do espaço urbano? Sobre isso também se pode questionar: quem seriam os agentes relevantes do espaço urbano? Conforme definição de Corrêa (1995), seriam aqueles agentes que produzem a cidade capitalista, como os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Há uma categoria muito importante, que abrange os grupos sociais excluídos, que é a comunidade local. Essa categoria, apesar de todos os discursos, ainda é a menos ouvida, e parece ainda ser o agente menos relevante. No entanto, é a comunidade que deve participar dos processos de decisão, a fim de articular e implantar o seu conceito de futuro, o seu interesse comum (ARAÚJO, 2006).

Acselrad (2009) apresenta três matrizes discursivas que discutem a sustentabilidade urbana: (a) a partir dos aspectos da representação técnico-material da cidade, (b) num espaço em que o foco reside na qualidade de vida e (c) como um espaço de legitimação das políticas públicas.

A primeira matriz focar no aspecto técnico-material e entende a cidade como sustentável na medida em que está se readapta à nova realidade de limitação dos recursos naturais e da necessidade de limitar a queima de combustíveis fósseis e produção de rejeitos. A sustentabilidade reside na possibilidade do espaço urbano se adaptar aos

parâmetros de manter suas atividades econômicas utilizando uma quantidade mínima de recursos disponíveis, ou seja, gerando um equilíbrio metabólico ou uma utilização racional dos recursos energéticos disponíveis.

A segunda matriz prioriza aspectos não mercadológicos da cidade. Sob esse prisma é considerada cidade sustentável na medida em que questiona as bases técnicas em que foi estruturada e busca se apresentar modelo de pureza para coibir os agentes tóxicos por ela produzidos e que tornam a vida de seus habitantes penosa. A cidade pode ser encarada como um modelo de cidadania, isto é, estruturas que fomentem possibilidades de diálogo entre cidadãos e gestão públicas, e preservação de patrimônio, ressaltando identidades e valores que o espaço urbano permitiu erigir.

Finalmente, a terceira matriz vislumbra a cidade como um espaço de legitimação das políticas urbanas e se concretiza na medida em que tais políticas se efetivam. Ou seja, no sentido das políticas se adaptarem aos serviços e à dinâmica urbana.

O debate sobre cidades sustentáveis ainda é visto por muitos com ceticismo. O estranhamento em relação à possibilidade de que tais políticas públicas se revelem sustentáveis reside no fato de que os centros urbanos permanecem, em grande parte, como cenário de degradação ambiental. A tendência à concentração demográfica em grande escala não parece tender a reduzir e o modelo econômico em voga, pois “conduz à prioridade do conforto aparente sobre à saúde e a preservação da vida e da natureza” (DUPAS, 2012, p. 264).

Costa (1999) destaca, contudo, que a discussão e reflexão sobre a viabilidade da sustentabilidade do ambiente urbano é tanto possível como necessária. Logo, é importante rever alguns dos postulados nos quais o discurso sustentável se baseia ao abordar o caráter urbano, questionando a banalização da impossibilidade da ideia de sustentabilidade urbana.

Ou seja, devemos perceber a sustentabilidade verificando os espaços naturais que compõem o urbano e suas áreas construídas e alteradas na medida em que possibilitem novas práticas e tragam melhorias na qualidade de vida. É equivocado adotarmos como critério de política sustentável focando apenas nos aspectos naturais do espaço, devemos levar em consideração a maneira como as relações se dão. O espaço físico não pode ser analisado isoladamente, mas deve ser considerado também o espaço urbano natural, fruto de construções sociais, o meio em que as relações sociais se consolidam.

A perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais significados, eventualmente “naturalizados”, pode inscrever-se tanto em estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes a sua cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético ou cultural em sentido amplo (...)
(ACSELRAD, 2009, p. 60).

Afinal, como sustenta Leff (2006), há importante conjugação dos saberes na

reapropriação social da natureza, não podendo discursos fechados e conhecimentos isolados se conjugarem em uma noção de sustentabilidade ecológica. Se a abordagem ambiental se dá em formato global/amplio e se justifica pelo caráter interdisciplinar e simbiótico que o estudo dos ecossistemas e de sua proteção envolvem, são raros os campos do conhecimento em que a questão ambiental não esteja inclusa, até mesmo para fins de colaboração em conjunto no que Leff (2006) sustenta como uma conjugação de saberes.

A valorização dos aspectos regionais para cada ecossistema demonstra ser a maneira mais eficiente em entender às necessidades locais, bem como se constitui em diversificado meio de fortalecimento das opções para desenvolver uma ecologia sustentável. Costa (1999) esclarece que

além da conquista simbólica da natureza e das comunidades, há a conquista dos saberes e conhecimentos locais. Assim, o discurso da conservação da natureza envolve também a adoção e utilização de práticas locais, tradicionais, endógenas etc. Igualmente, as comunidades associadas a tais práticas passam a ser as “guardiãs” (*stewards*) deste patrimônio.

Sustentabilidade é um termo cuja conceituação envolve uma abordagem pluralista, não podendo no âmbito das ciências humanas ser entendido e aplicado de forma hermética. Não poderia ser diverso quando pensamos em sustentabilidade nos centros urbanos. As cidades são marcadas pela concentração populacional, logo de natureza plural, pela presença do interesse do capital e das necessidades variadas dos cidadãos, por muitos e variados desafios que, por sua vez, se traduzem em diferentes possibilidades na construção de cidades sustentáveis.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade é um dos principais nortes a partir dos quais as sociedades urbanas estão construindo discursos e planejando novas práticas de políticas públicas. Tratado como conceito em evolução, percebe-se seu dinamismo histórico e a influência que sofreu das mutações em termos de padrões de desenvolvimento econômico e objetivos de políticas públicas em âmbitos global e local. Contemporaneamente, há maior clareza de que ser sustentável vai além do ambiente físico e do uso de recursos naturais; inclui um conjunto de saberes que dialogam com a dinâmica econômica e comportamentos sociais.

Contudo, não se evita o surgimento de ações e a tomada de atitudes para criação de uma imagem sustentável que, em sua essência, esteja desprovida de significado. Surgem usos do conceito de sustentabilidade que são vazios ou meras vitrines, forma de se vender ideologias que em nada são de fato sustentáveis. Ou, ainda, pela inviabilidade da dinâmica urbana ganhar sustentabilidade.

Tais discursos vazios muitas vezes são apropriados por gestões públicas locais,

que na urgência da tomada de políticas salvadoras, lançam mão da sustentabilidade como recurso midiático. Mas, nem todas as propostas de cidades sustentáveis se enquadram nessa situação. Muitas propostas realmente avançam na conjugação de saberes, tanto locais como acadêmico-científicos, para moldar novas experiências políticas e sociais que promovam melhores índices de qualidade de vida e soluções para problemas ambientais urbanos.

A consciência ambiental e o avanço na adoção de princípios sociais seguem avançando. Num caminho que parece ser longo e variado em cada canto do globo, experiências concretas apontam para uma perspectiva otimista, que nos leva a crer que sim, a sustentabilidade urbana é possível.

AGRADECIMENTO

Os autores agradecem a contribuição da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES através do Edital Universal 21/2018 e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES pela concessão de taxa pesquisa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; E SILVA, G.E. do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ACSELRAD, Henri. (Org.). **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AMORIM, João Alberto Alves. **A ONU e o meio ambiente: Direitos humanos, mudanças climáticas e a segurança internacional no século XXI**. São Paulo: Atlas, 2015.

ARAÚJO, Maria Luiza Malucelli. **Sustentabilidade das cidades: aspectos conceituais**. R. RA'É GA. Editora UFPR, Curitiba, n. 12, p. 145-152, 2006.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma contradição de termos?** **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.2, p. 55-71, 1999.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FERMINO, Gean Carlos. **Portos Inteligentes, Cidades Sustentáveis e seus Indicadores**. In: III CIDESPORT, 2016. Disponível em < <https://dokumen.tips/documents/portos-inteligentes-cidades-sustentaveis-e-seus-indicadores.html>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. **Ecologismo. Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p.47-87, abr. 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MUNIZ, Lenir Moraes. **ECOLOGIA POLÍTICA: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 6 n. 12 São Luis/MA, 2010.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **OS “LIMITES DO CRESCIMENTO” 40 ANOS DEPOIS: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”** Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Declaração sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (CENSUPEG). Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria Ead e Especialista em Gestão Educacional. (FABRAS) Graduada em História (UEPG) e Graduada em Pedagogia (IBRA). E-mail: p.denise.p@gmail.com

ELIZABETH JOHANSEN - Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2019), Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2003) e licenciada em História pela UEPG (1990). Atualmente é professora adjunta do Departamento de História, da UEPG. Pesquisadora do Grupo Geografia e História: memória social e patrimônio cultural. Email: eliza.j@uol.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidades 34, 35, 71, 72, 80, 81, 82, 83, 84

Colonialidade 1

Compromisso 26, 55, 56, 58, 59, 64, 66, 68, 69, 70

Crise 44, 59, 72, 77, 79

Cultura africana 55, 58, 64, 69, 70

D

Decolonização 1

Documento 10, 11, 55, 56, 59, 68, 75

E

Educação de surdos 30, 33, 38

Escravidão 43, 44, 55, 70

F

Feminismo 39, 53

Florestas 72, 73, 74

H

Habilidades 27, 31, 33

I

Igreja 55, 56, 57, 58, 59, 65, 68, 69

Imagem 1, 82, 83

Indígena 1, 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13

Irmandades religiosa 55

L

Libras 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Língua portuguesa 17, 31, 35

Literatura norte-americana 39

M

Meio ambiente 72, 74, 75, 76, 77, 80, 84, 85

Metodologia 20, 34

Movimento 17, 21, 23, 25, 26, 40

Mulher 39, 40, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 67

N

Narrativas 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 58

O

O Sol é Para Todos 39, 40, 41, 42, 43, 45, 52

P

Pesquisa 14, 15, 17, 18, 23, 26, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 52, 55, 56, 57, 63, 66, 71, 84

Políticas públicas 71, 72, 73, 76, 80, 81, 82, 83

Poluição 72

Prática de formação 14, 17, 18, 21, 28

Q

Questões de Gênero 39, 42, 45, 52

R

Relato (auto)biográfico 30

Religião 57, 58, 65, 70

Representação 14, 15, 40, 41, 42, 43, 55, 70, 81

Representações matemáticas 14, 16

Resistência 14, 16, 19, 23, 25, 39, 50, 53, 55, 56, 58, 60, 62, 69, 70

S

Sociedade 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 59, 60, 61, 62, 64, 76, 78, 79, 80, 85

Surdez 30, 31, 32, 33, 37, 38

Sustentabilidade 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

SOCIEDADE E CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SOCIEDADE E CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 